



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 07 DE 2 DEZEMBRO DE 2023.

3 Ao sétimo (7º) dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e três (2023), às oito horas e dez minutos (8h10),
4 iniciou-se a vigésima segunda (22ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca,
5 realizada presencialmente, na Secretaria de Ação Social – Avenida Champagnat – 1750 - Centro - Franca-SP. A
6 reunião foi coordenada pela Vice Presidente, Sra. Luciana Braga da Silva. Estiveram presentes na reunião dezessete
7 (13) conselheiros(as), sendo seis (06) da Sociedade Civil e sete onze (07) do Poder Público, com os(as) seguintes
8 **Conselheiros(as) Titulares:** Luciana Braga da Silva, José dos Reis Marcelino Silva, Viviane Cristina Silva Vaz
9 Ribeiro, Lindsay Lemos Gonçalves Ferreira, Marcia Tomie Nakao, Lais Helena Garcia Silva, Jandira de Almeida
10 Ramos, Christiane Hakime de Souza, Sônia Maria de Andrade Souza. **Conselheiros(as) Suplentes na**
11 **Titularidade:** Alba Valéria Oliveira Ruiz, Denize Benez Ornellas Graciano **Conselheiros(as) Suplentes:** Paula
12 Eduarda Martins Coutinho, Fernanda Peixoto Cintra Meneghetti. **Pela Secretaria-Executiva do CMAS** estiveram
13 presentes: Maria Amélia Facioli Vergara, Secretária Executiva, e Ariane Dornelas, estagiária. A reunião contou
14 ainda com a participação de convidados da rede socioassistencial, dentre outros. A pauta da reunião, após
15 aprovação, foi a seguinte: 1 – Ordem do dia: – Chamada e Verificação de quórum; – Apresentação das
16 justificativas dos conselheiros ausentes.2 – Deliberação sobre as atas das Reuniões do CMAS: 20ª Reunião
17 Ordinária (09.11) e da 21ª Reunião Ordinária (23.11) 3. Aprovação da pauta.4. Assuntos –4.1 – Apresentação do
18 Demonstrativo Físico Financeiro Federal 2022 e deliberação sobre os Questionários IGD SUAS, IGD PBF e
19 SERVIÇOS E PROGRAMAS -2022; 4.2 – Devolutiva sobre Reunião da Comissão de Controle Social do PBF
20 (30.11) e Proposta de Encaminhamento sobre utilização do Recurso IGD – PBF pelo CMAS; 4.3 – Proposta de
21 Cronograma de Elaboração e Apresentação dos Planos de Ação das Comissões de Trabalho para 2024; 5 –
22 Informes 5.1 – Publicação da Portaria MDS/SNAS nº 80 de 23 de novembro de 2023 – Estabelece data de
23 Abertura sistema Plano de Ação – 2024; 5.2 – Publicação do DECRETO Nº 11.791, DE 21 DE NOVEMBRO
24 DE 2023 - Regulamenta a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação
25 das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade
26 social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição; 5.3 – Divulgação de Nota de Esclarecimento do CNAS e
27 Parecer sobre Comunidades Terapêuticas; 5.4 – Palavra aberta as(os) Conselheiras(os) e convidadas(os). A vice-
28 presidente Luciana iniciou a reunião cumprimentando os(as) Conselheiros(as) e convidados(as) presentes e passou
29 a palavra para a Secretaria Executiva Maria Amélia para que fosse feita a verificação do quórum do CMAS e a
30 chamada. Verificado e confirmado o quórum, com a presença de onze (11) conselheiros(as) titulares ou suplentes
31 na titularidade, foram apresentadas as seguintes ausências com justificativa: Élcio Bento Teodoro, Aline Lima da
32 Silva, Katiscelene Barsanulfa Tavares de Oliveira, Aline Tatiane Silva de Assis, Michelle Cristina da Silva
33 Mariano, Ana Carolina de Souza, Roberta Pucci de Melo, Éder Furtado Ribeiro, Simone Martins Ramos, Adriana
34 Aparecida Salviano Martins, Susana Mendes de Carvalho, Mariana Prado Andrade, Terezinha Vicente Silva
35 Goulart e Leandro Ferreira. Também foi confirmado o quórum necessário de leitura antecipada das Atas da 20ª

36 Reunião Ordinária – (09.11) e da 21ª Reunião Ordinária (23/11) sendo as mesmas aprovadas com complementações
37 na redação da Ata da 21ª Reunião, sendo: na linha 117 “(...) inclusive na contratação da empresa, relatando que o
38 aparelho de votação não funcionou, dentre outras questões, que prejudicaram o processo conferencial.” e na linha
39 121 “A delegada Lais também citou que algumas falas e atitudes dos participantes foram LGBTfóbicas, etaristas,
40 capacitistas e de classe social”. Dando sequência passou-se à discussão sobre os assuntos constantes na pauta,
41 iniciando-se pelo item: **4.1 – Apresentação do Demonstrativo Físico Financeiro Federal 2022 e deliberação sobre**
42 **os Questionários IGD SUAS, IGD PAB e Serviços e Programas 2022.** De início, a Conselheira Jandira explicou
43 sobre o Sistema de Prestação de Contas do Governo Federal, que ocorre por meio do SUAS WEB - Demonstrativo
44 Físico Financeiro Federal. Disse que o Sistema não possui um período fixo para abertura e que se trata da prestação
45 de contas dos recursos que são repassados pela União, referente ao exercício de 2022. Lembrou que as Prestações
46 de Contas de todos os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, do Município, Estado e União
47 são analisadas e deliberadas pelo colegiado, trimestralmente. A secretária executiva Maria Amélia fez uma
48 observação de que a prestação de contas final, do exercício de 2022, já teria sido apresentada ao conselho no início
49 do ano, sendo a mesma aprovada, e que, este seria o momento de demonstração dos valores e metas inseridos no
50 sistema. Retomando a palavra, Jandira observou sobre a inconstância do Governo Federal para abertura do sistema,
51 porém, observa-se uma intenção do Governo Federal em organizar esses prazos, visto que já foi definida data para
52 abertura do plano de ação 2024. Em seguida fez leitura dos valores e metas inseridos no Sistema do Demonstrativo
53 Físico Financeiro Federal, por meio de uma apresentação de slides. As dúvidas e manifestações do colegiado
54 ocorreram durante a apresentação e, após esse momento, deu-se início a deliberação sobre os questionários IGD
55 SUAS, IGD PAB e SERVIÇOS E PROGRAMAS. Os questionários foram preenchidos previamente pela Comissão
56 de Orçamento e a coordenadora da comissão, Jandira, iniciou a leitura das perguntas, respostas e proposta de
57 comentários. Havendo necessidade a comissão foi elucidando as dúvidas dos conselheiros, e dentre as principais
58 discussões, destacou-se a questão da gestão de condicionalidades do Programa Bolsa Família, no qual observa-se
59 que ainda existe uma fragilidade na área da saúde, uma vez que a responsável pela área tem outros encargos e não
60 tem contado com apoio administrativo adequado, e, mediante essa situação, o conselho já sugeriu a contratação de
61 escriturário, porém ainda permanece com apoio de estagiários, o que não é ideal, visto que há uma grande
62 rotatividade. Ainda como destaque, também foi debatido sobre o baixo cofinanciamento do governo federal e
63 estadual, sendo inseridos comentários nos questionários sobre essa disparidade. Ao final da leitura dos
64 questionários, os mesmos foram colocados em deliberação, sendo todos aprovados pelo colegiado. Maria Amélia
65 finalizou informando que a mesma fará a inserção das informações no sistema do Governo Federal. **4.2 –**
66 **Devolutiva sobre Reunião da Comissão de Controle Social do PBF (30.11) e Proposta de Encaminhamento**
67 **sobre utilização do Recurso IGD – PBF pelo CMAS.** A palavra foi passada para a Conselheira Márcia, que foi
68 recentemente eleita como coordenadora desta comissão. A conselheira informou que a comissão se reuniu no
69 último dia 30 de novembro e na ocasião, foram debatidos alguns assuntos e também foi elaborado o Plano de Ação
70 da Comissão, para o exercício de 2024. Assim deu início ao assunto sobre o uso dos 3% do IGD do exercício de
71 2023, observando que algumas das necessidades já tinham sido passadas pelo colegiado para a Gestão, sendo 01

72 computador e 02 tripés, não haviam sido adquiridos ainda. Também havia sido sugerido a aquisição de celulares
73 para o conselho, porém a informação passada é que os mesmos seriam alugados pela prefeitura. Em relação aos
74 computadores, os mesmos serão comprados ainda nesse ano de 2023, porém não existe licitação para o tripé. A
75 secretária executiva Maria Amélia afirmou que, em substituição aos tripés, a comissão propõe a compra de dois
76 estabilizadores, visto que é uma necessidade mais urgente da Secretaria Executiva do CMAS. O colegiado aprovou
77 essa nova proposta de aplicação do IGD PBF do Conselho. A conselheira Márcia passou então à leitura do Plano
78 de Ação 2024, pontuando as datas de reuniões da comissão, de 2024, que ficou definido: 14 de Março, 13 de Julho,
79 19 de Setembro e 14 de Novembro e prosseguiu dizendo que trarão em cada reunião dados atualizados em relação a
80 cadastramento, situações de bloqueio, etc. No mês Julho serão convidados os gestores da saúde, educação e
81 assistência para ser debatido a questão do controle das condicionalidades e os índices do IGD. Ficou definido
82 também, convidar a Lidiane, gerente do Cadastro Unico, no mês de Março para falar sobre os impactos do bloqueio
83 na gestão do CadÚnico e também foi proposto uma capacitação sobre as atribuições da comissão. Após a
84 devolutiva da comissão foi passado para o item: **4.3 – Proposta de Cronograma de Elaboração e Apresentação**
85 **dos Planos de Ação das Comissões de Trabalho para 2024.** A secretária executiva Maria Amélia afirmou que a
86 mesa diretora se reuniu e destacou a importância de que todas as comissões elaborem os seus planos de ação e
87 definam um calendário de reuniões. Assim, foi sugerido que todos os planos de ação sejam apresentados na terceira
88 reunião de 2024 que será no dia 22 de Fevereiro. Disse que a partir do plano de ação das comissões será possível a
89 elaboração o plano de ação geral do conselho. Os conselheiros concordaram com a proposta e assim, a Secretaria
90 Executiva enviará um informe para que todas as comissões de trabalho se organizem. **5 – Informes 5.1 –**
91 **Publicação da Portaria MDS/SNAS nº 80 de 23 de novembro de 2023 – Estabelece data de Abertura sistema**
92 **Plano de Ação – 2024.** Maria Amélia explicou que a portaria informa que a partir do dia 23 de Novembro foi
93 aberto o sistema do plano de ação, e então a gestão deve preencher as informações e depois o conselho terá que
94 deliberar. Foi mencionado que o gestor deve finalizar o plano de ação do Governo Federal até o dia 23 de Janeiro
95 de 2024, apresentar para o conselho, provavelmente na reunião do dia 01 de Fevereiro, e o conselho emitirá seu
96 parecer até o dia 22 de Fevereiro. **5.2 – Publicação do DECRETO Nº 11.791, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2023 -**
97 **Regulamenta a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das**
98 **entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de**
99 **que trata o § 7º do art. 195 da Constituição.** A secretária executiva Maria Amélia, disse que será necessário o
100 conselho se apropriar desse decreto e também fazer um comparativo com o que está previsto na Lei
101 Complementar, sugerindo que e a comissão de legislação realize essa análise. Também expôs uma questão em
102 relação às entidades atuantes na redução de danos, visto que estas foram alocadas na seção da assistência social,
103 pois serão Certificadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Pontuou que o decreto não deixa
104 explícito que essas organizações não devem se inscrever no Conselho de Assistência Social, conforme orientações
105 do Conselho Nacional – CNAS. Maria Amélia leu a nota de esclarecimento do CNAS que trata de uma reportagem
106 do programa de televisão Fantástico, sobre uma fala relacionada às comunidades terapêuticas, onde a referida
107 matéria afirma que as comunidades terapêuticas são entidades assistenciais, sendo assim, fundamental esclarecer



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

que esta não possui em suas estruturas, equipes de referência, protocolos, metodologias ou qualquer outro elemento que as façam se vincular ao SUAS. Diante das informações veiculadas pelo Fantástico, o CNAS emitiu a referida nota reforçando o não reconhecimento das comunidades terapêuticas como entidades de Assistência Social ao tempo em que repudia qualquer tipo de violação de direitos e violência, sobretudo quando direcionadas as pessoas que fazem uso nocivo de drogas e condições agravadas nas políticas públicas, além de negligências e omissões nos processos discriminatórios. A secretária executiva, também afirmou que existe uma nota explicativa, anexa aos outros documentos que trata desse assunto. Em seguida propos ao colegiado a divulgação e publicação desta nota e o parecer nas redes sociais do CMAS. A conselheira Viviane sugeriu fazer uma nota mais simplificada para melhor entendimento, porém ao final, ficou decidido que seria divulgada essa mesma nota e o parecer sobre as comunidades terapêuticas. A demanda será passada para a Comissão de Comunicação. **5.4 – Palavra aberta as(os) Conselheiras(os) e convidadas(os)**. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dez horas e vinte e cinco minutos (10h25), tendo sido gravada para consulta dos conselheiros que solicitarem. Eu, Maria Amélia Faciroli Vergara, Secretária Executiva do CMAS, lavrei a presente ata, que, uma vez lida e aprovada pelo colegiado, será anexada a lista de presença.